

CONTRATO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE CONSULTORIA
CONTRATO REF.ª N.º 31_ GPENAPOR_2022

ENTRE

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos

E

VITOR MANUEL DOS RAMOS CALDEIRINHA

SEDE: C. P. N.º 82, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 43 37 / 21 70 | E-mail: info@enapor.cv
PORTOS: PORTO GRANDE - Av. Marginal, C.P. 82 - Mindelo, S. Vicente - Tel: (+238) 230 75 00 | Fax: (+238) 232 14 33 | PORTO DA PRAIA - C.P. 87 - Santiago
- Tel: (+238) 260 90 60 | Fax: (+238) 263 38 99 | PORTO DA PALMEIRA - Sal - Tel: (+238) 241 13 48 | Fax: (+238) 41 13 48 | PORTO NOVO - Sto. António - Tel:
(+238) 22 12 54 | Fax: (+238) 222 12 54 | PORTO DO TERRAFAL - Vila do Terrafal - S. Nicolau - Tel: (+238) 236 10 50 / 16 77 | Fax: (+238) 236 13 26 | PORTO
VALE DE CAVALEIROS - Fogo - Tel: (+238) 281 21 13 | Fax: (+238) 281 12 64 | PORTO INGLÊS - Vila do Porto Inglês - Maio - Tel: (+238) 255 14 80 / 13 50 | Fax:
(+238) 255 13 50 | PORTO FURNA - Vila da Furna - Brava - Tel: (+238) 285 12 40 / 285 12 46 | Fax: (+238) 89 12 09 | PORTO DE SAL - Rei - CP N.º 29, Cidade
de Sal Rei - Boa Vista - Tel: (+238) 251 11 87 | Fax: (+238) 251 13 74.

CONTRATO REF.ª N.º 31_GPENAPOR_2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE CONSULTORIA

Entre;

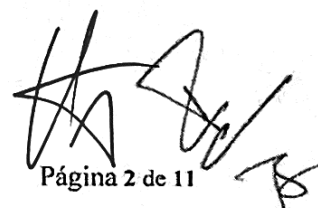
ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A., com sede na Avenida Marginal, Cidade do Mindelo, Ilha de São Vicente, CP-82, Detentora do Capital Social de 1.200.000.000\$00 (um milhar e duzentos milhões de escudos), que se encontra totalmente realizado pelos valores integrantes do seu património, Contribuinte n.º 200487264 (NIF), matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Região de 1.ª Classe de São Vicente sob o n.º 1168, legitimamente representada neste ato pelo Eng.º **Ireneu Rosa de Azevedo Camacho**, solteiro, portador do BI n.º 129344, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 165280263 e pelo pela Dr.ª **Eneida Cristina Lima Gomes**, solteira, portadora do BI n.º 316103, emitido pelo arquivo de Identificação Civil e Criminal de S. Vicente, titular do NIF: 131610325 na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e Administradora Executiva respetivamente, no uso das competências estatutárias, com poderes para obrigar;

Doravante identificado simplesmente por “Primeira Outorgante”

e

VITOR MANUEL DOS RAMOS CALDEIRINHA, Rua António Júlio Barrocas, 163, Aires, 2950-322 Palmela, Portugal, NIF: 192190156, titular do Cartão de Cidadão nº 08431578, válido até 12/07/2031 no uso das competências, com poderes para obrigar

Doravante identificado simplesmente por “Segunda Outorgante”



Página 2 de 11

Considerando que:

- a) Por deliberação do Conselho de Administração, a Primeira Outorgante promoveu o procedimento por Ajuste Direto nos termos da alínea a) do n.º1 do artigo 39.º e pontos 1, 2, 3 e 4 do artigo 30º do CCP;
- b) A minuta do contrato de prestação de serviços de consultoria foi aprovada por deliberação do Conselho de Administração;

Entre as Outorgantes supra identificadas e nas respetivas qualidades, é de boa-fé e livre vontade, firmado e reduzido a escrito o presente contrato de Prestação de Serviços de consultoria que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª
(Objeto)

1. O contrato tem por objeto a prestação de serviços de consultoria com vista à elaboração do **Business Plan no período de 2022 a 2025**, com os seguintes principais outputs:

- a) Pressupostos de tráfego de navios e mercadorias para o período e impacto nos rendimentos, bem como pressupostos económico-financeiros e macroeconómicos;
- b) Plano de Investimentos e de Financiamento previsional. Principais indicadores financeiros cobrindo tanto a rentabilidade do negócio (retorno sobre o capital) e sua robustez financeira (cobertura de juros da dívida, entre outros) sob as premissas operacionais do modelo (níveis de tráfego; taxas portuárias; opex; capex). Consideração do cumprimento do serviço da dívida e política de dividendos. O modelo deverá ter em conta basicamente os investimentos projetados nos portos e os mecanismos de financiamento propostos para esses investimentos;
- c) Estimativas de Rendimentos e Gastos da ENAPOR construídas a partir de projeções desagregadas de tráfego, custos e investimentos em cada um dos três principais portos (Praia, Porto Grande e Palmeira) e para os demais portos menores como um grupo;
- d) Gastos previsionais desagregados por mão de obra, serviços, manutenção, seguro, segurança e aluguer de equipamentos e depreciação, tanto de ativos existentes quanto de novos a serem adquiridos;

- e) As previsões de receita (Rendimentos) para cada porto/grupo de portos terão como base os movimentos de navios e volumes de carga com recurso às seguintes principais categorias: Carga geral, Contentores, Granel Líquido, Granel Solido, Sacaria, Pescado e Cruzeiros/passageiros;
 - f) Estimativa de volume de tráfego de cabotagem, derivado da análise das tendências recentes nos volumes de tráfego;
 - g) Serão elaborados o Mapa de origem e aplicação de fundos, o Balanço e a Demonstração de Resultados previsional para os cenários com e sem concessão, bem como mapas de indicadores económicos e financeiros;
 - h) O resultado será apresentado em relatório escrito com os instrumentos financeiros previsionais.
2. O contrato é composto pelo presente clausulado e pelos demais documentos, nomeadamente, convite, os esclarecimentos prestados e a proposta técnica e financeira enviada em 14 julho de 2022

Cláusula 2.ª
(Prazo)

- 1. O contrato vigorará pelo prazo de 01 (um) mês, com início da data da assinatura do presente contrato.
- 2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o prazo de vigência do contrato poderá ser prorrogado mediante acordo entre as partes.
- 3. Estão excluídos da contagem dos prazos referidos acima os tempos associados à análise pela Primeira Outorgante, na fase de apreciação intermediária e apresentação de subsídios de melhoria.

Cláusula 3.ª
(Preço e Condições de pagamento)

- 1. Pela prestação dos serviços de consultoria objeto do presente contrato, a Primeira Outorgante obriga-se a pagar à Segunda Outorgante o montante global de 15.000,00 euros (quinze mil euros), livre de impostos, com a aprovação do relatório final.

2. O valor referido no ponto anterior não inclui possíveis deslocações a cabo Verde e nem trabalhos posteriores de apoio ou reformulação, que ficarão a cargo da Primeira Outorgante.
3. A Segunda Outorgante obriga-se a enviar o Certificado de Residência Fiscal que se destina a fazer prova junto de entidades estrangeiras da residência para efeitos fiscais, de forma a poder beneficiar de uma isenção, de dispensa de retenção ou de redução de taxa relativamente a rendimentos a receber proveniente do estrangeiro, ou a documentar pedidos de reembolso de imposto retido no estrangeiro.
4. O pagamento acima referenciado será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da receção da fatura, por meio de transferência bancária, para a conta a indicar pela Segunda Outorgante.

Cláusula 4^a
(Coordenação e Representantes)

1. A Primeira Outorgante e a Segunda Outorgante designam, individualmente, um ou mais representante(s) aos quais são conferidas as funções e competências necessárias para a correta e plena coordenação na execução dos serviços objeto do presente contrato.
2. No cumprimento das respetivas atribuições e responsabilidades cada representante designado deverá manter estreita ligação e colaboração, trocando informações e prestando todo o apoio que se revelar necessário para a plena prossecução do objeto do presente contrato, cumprindo cada um as respetivas atribuições com o máximo das suas competências, diligências e experiências profissionais.

Cláusula 5.^a
(Dever de boa execução)

1. A Segunda Outorgante, desde já, declara e garante que cumpre toda a legislação e regulamentação aplicáveis à atividade por si prosseguida e que está e estará na posse de todas as autorizações, licenças, alvarás e ou aprovações que, nos termos da lei e regulamentação lhe sejam aplicáveis e se mostrem necessárias para a prossecução da atividade, bem como para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato.
2. A Segunda Outorgante garante que os serviços por si prestados no âmbito do presente contrato cumprirão os requisitos exigidos e serão adequados

aos objetivos e finalidades definidos pela Primeira Outorgante e constantes dos documentos referidos no n.º 2 da Cláusula 1.

Clausula 6ª
(Relatório Final de Execução Dos Serviços e Apresentação dos dados)

1. A Segunda Outorgante obriga-se a manter registos completos e fiáveis dos serviços prestados ao abrigo do presente contrato.
2. A Segunda Outorgante obriga-se a entregar um relatório final de desenvolvimento dos serviços em suporte digital, com os dados e outras informações pertinentes relacionadas com o objeto deste contrato.
3. A Segunda Outorgante obriga-se a efetuar uma apresentação final online do Business Plan 2022 a 2025. Tal apresentação deverá ocorrer no máximo 03 (três) dias após o envio do Relatório Final.

Cláusula 7.ª
(Propriedade Intelectual e Direitos de Autor)

1. Todo o "know-how" relativo à prestação dos serviços compreendidos no presente instrumento, nomeadamente o resultante do Business Plan 2022 a 2025, previsto na Cláusula 1.ª, elaboradas pela Segunda Outorgante serão, no termo do contrato, na medida em que a lei o permita, propriedade da Primeira Outorgante para todos os efeitos, podendo esta livremente modificá-las e utilizá-las para quaisquer fins.
2. A Segunda Outorgante indemnizará a Primeira Outorgante por todos os prejuízos, danos ou custos emergentes de ações ou procedimentos por violação de direitos de propriedade intelectual relativamente aos documentos protegidos por direitos de propriedade intelectual, mesmo que tal violação não fique a dever-se a negligência ou dolo da Segunda Outorgante.
3. A Segunda Outorgante não poderá invocar quaisquer direitos pessoais relativamente a direitos de propriedade intelectual com vista a obstar ao cumprimento das obrigações que para ela decorram do presente contrato.
4. A Segunda Outorgante cumprirá todas as obrigações e deveres legais que resultem da utilização direta ou indireta de direitos de propriedade intelectual e industrial da Primeira Outorgante ou de terceiros, designadamente informações de natureza técnica.

5. Em caso de violação, ou de alegada violação, dos direitos de propriedade referidos no número anterior, a Segunda Outorgante será a única responsável por qualquer questão judicial ou reclamação feita contra a Primeira Outorgante, indemnizando-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 8.^a
(Obrigações da Primeira Outorgante)

A Primeira Outorgante obriga-se a:

- a) Efetuar o pagamento na forma e modo acordados;
- b) Fornecer à Segunda Outorgante toda a documentação solicitada para executar os serviços de maneira criteriosa;
- c) Assegurar que os seus técnicos estejam disponíveis para prestar informações necessárias e tempestivas solicitadas pela Segunda Outorgante para a adequada execução do contrato;
- d) Facilitar os contatos com outras instituições para a recolha de informações necessárias.

Cláusula 9.^a
(Penalidades)

- 1. Em caso de incumprimento imputável à Segunda Outorgante, aplicam-se, nas seguintes situações, as seguintes penalidades:
 - 1.1. Multa diária de 1% (um por mil) do preço contratual, nos primeiros 10 (dez) dias.
 - 1.2. Em cada período subsequente de igual duração a multa diária sofrerá um aumento para 2% (dois por cento) valor do contrato, sem contudo, que na sua globalidade, possa exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço do preço contratual.
- 2. Caso seja aplicada uma penalidade nos termos do disposto no número anterior, o respetivo valor será apurado e faturado em cada prestação.
- 3. O prazo para o pagamento, pela Segunda Outorgante, das penalidades previstas na presente cláusula é de 10 (dez) dias a contar da data da receção das respetivas faturas, emitidas pela Primeira Outorgante. Em alternativa ao pagamento a que se refere o número anterior, a Primeira Outorgante poderá optar por satisfazer o pagamento previsto através de

Página 7 de 11



compensação com as quantias a pagar à Segunda Outorgante, ao abrigo do contrato a celebrar.

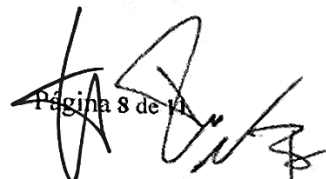
4. O valor acumulado das penalidades a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 15% (quinze por cento) do preço contratual.
5. Caso seja excedido o montante referido no número anterior e a Primeira Outorgante decida não proceder à resolução do contrato, pelo facto de tal resolução implicar um grave dano para o interesse público, o limite máximo referido no número anterior será elevado para 30% (trinta por cento).

Cláusula 10.^a
(Força maior)

1. Não podem ser impostas penalidades à Segunda Outorgante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias de natureza extraordinária ou imprevisível exterior à vontade da parte afetada e que por esta não possa ser controlada.
2. Podem constituir força maior, e se verificarem os requisitos do número anterior, nomeadamente, guerra (declarada ou não), tumulto, insurreição civil, catástrofes naturais, greves gerais de âmbito nacional, incêndios, inundações, explosões, decisões governamentais ou outras situações não controláveis pelas Partes.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior devem ser comunicadas à parte contrária no prazo máximo de 3 (três) dias a contar da data em que tenham tido conhecimento da ocorrência do mesmo.

Cláusula 11.^a
(Resolução do Contrato por parte da Primeira Outorgante)

1. A Primeira Outorgante pode resolver o contrato em caso de grave violação das obrigações contratuais por parte da Segunda Outorgante e ainda nos seguintes casos:
 - (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, nos termos da lei;
 - (b) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável à Segunda Outorgante;


Página 8 de 11

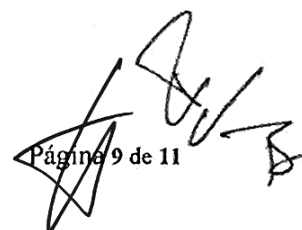
- (c) Incumprimento, por parte da Segunda Outorgante, de diretivas ou instruções transmitidas relativamente à execução das prestações contratuais;
- (d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato;
- (e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto na legislação aplicável;

Cláusula 12.^a
(Resolução pela Segunda Outorgante)

- 1. A Segunda Outorgante pode resolver o contrato em situações de grave violação das obrigações contratuais pela Primeira Outorgante e ainda nas seguintes situações:
 - (a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
 - (b) Incumprimento definitivo do contrato por fato imputável à Primeira Outorgante;
 - (c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela Primeira Outorgante;
 - (d) Exercício ilícito dos poderes da Primeira Outorgante quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;

Cláusula 13.^a
(Dever de sigilo)

- 1. A Segunda Outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Primeira Outorgante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do presente contrato.
- 2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do presente contrato, salvo autorização expressa da Primeira Outorgante.
- 3. A Segunda Outorgante obriga-se a remover e/ou destruir, no final da prestação dos serviços, todo e qualquer tipo de registo (em qualquer tipo de suporte, incluindo papel ou digital) relacionados com a informação coberta pelo dever de sigilo.
- 4. Exclui-se do dever de sigilo previsto nesta cláusula a informação e a documentação que sejam comprovadamente do domínio público à data da



Página 9 de 11

respetiva obtenção pela Segunda Outorgante ou que esta seja legalmente obrigada a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

5. Os serviços prestados pela Segunda Outorgante constantes da Cláusula 1.^a, serão realizados sem exclusividade, tendo em vista os seus membros desempenharem atividades para terceiros em geral, desde que não haja conflitos de interesses com o pactuado no presente contrato, ficando estabelecido o regime de confidencialidade e sigilo sobre toda documentação apresentada pela parte da Primeira Outorgante.

Cláusula 14^a
(Resolução de Litígios)

1. Os eventuais diferendos ou litígios emergentes da interpretação, execução e incumprimento do presente contrato, serão solucionados preferencialmente por negociação entre as partes, de boa fé.
2. Na ausência de acordo relativo à questão controvertida, o litígio será dirimido pelo foro da Comarca de São Vicente, com renúncia expressa de qualquer outro Tribunal.

Cláusula 15.^a
(Lei aplicável)

O presente contrato é regulado pela legislação cabo-verdiana em vigor, incluindo o Código Civil e o Código da Contratação Pública.

As Outorgantes declaram que aceitam o presente Contrato com todas as suas cláusulas, termos, condições e obrigações, das quais têm inteiro conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam.

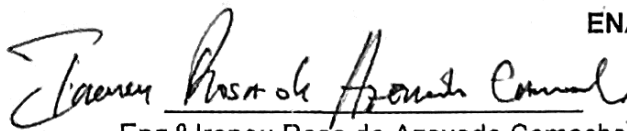
Este Contrato, constituído por 11 (onze) páginas, é feito em 2 (duas) vias, sendo uma para cada uma das partes e que são rubricados pelas partes.

Assim o outorgam.

Feito na Cidade do Mindelo, aos 11 dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois.

A Primeira Outorgante

ENAPOR, SA

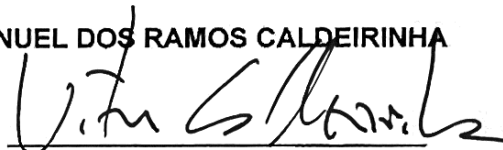

Eng.º Ireneu Rosa de Azevedo Camacho
Presidente do Conselho de Administração


Dr.ª Eneida Cristina Lima Gomes
Administradora Executiva


Portos de Cabo Verde

A Segunda Outorgante

VITOR MANUEL DOS RAMOS CALDEIRINHA


Prof. Vitor Caldeirinha